

**Relato Nº. 73/2023/ DAQ/DNIT SEDE**

À Diretoria Colegiada,

1. OBJETO DO RELATO:

Aprovação do 5º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 589/2014, devido a alteração da forma de repasse de recursos.

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:

a) Termo de Compromisso nº 589/2014

b) Ente Beneficiado: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, com a interveniência do Departamento Hidroviário – DH/SP

c) Objeto: Execução das obras de ampliação do canal de navegação a jusante da eclusa de Nova Avanhandava.

3. DA MOTIVAÇÃO DO RELATO:

- Foi celebrado o Protocolo de Intenções nº MT 01/11 em 25 de março de 2015, já aditado pelo 2º Termo Aditivo nº 02/2020, em 30 de dezembro de 2020, para apoio financeiro entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes e com a interveniência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes e com as interveniências do Departamento Hidroviário e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, para eliminação de gargalos, extensões e terminais na hidrovía Tietê-Paraná;
- Foi celebrado o Termo de Compromisso nº 589/2014 em 13 de setembro de 2011, já aditado em quatro ocasiões, sendo o 4º Termo Aditivo celebrado em 03 de março de 2023, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Logística e Transportes e com a Interveniência do Departamento Hidroviário, para a execução das obras de ampliação do canal de navegação a jusante de Nova Avanhandava, no Estado de São Paulo;
- A lei 14.182, nos termos do Art. 8º - §§ 1º e 6º, estabeleceu programa de revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, cujos contratos de concessão sejam afetados por esta Lei, contemplado a execução das obras de derrocamento do canal de navegação a jusante da UHE de Nova Avanhandava;
- O Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, regulamentou o artigo 8º da Lei nº 14.182, dentre outros, e nos termos artigo 5º institui a Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da área de influência dos reservatórios de Furnas – CPR Furnas, destinada ao desenvolvimento de ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, além de ratificar a previsão legal de execução das obras de derrocamento do canal de navegação a jusante da Usina Hidrelétrica de Nova Avanhandava;
- Em 22 de fevereiro de 2022, foi realizada a 181ª assembleia geral extraordinária de acionistas da Eletrobras (“181ª AGE”), tal qual prevista nos termos da Lei nº 14.182/2021 e na Resolução CPPI nº 203/2021, conforme alterada pela Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos nº 221 de 30 de dezembro de 2021 (“Resolução CPPI nº 203/2021”). Na 181ª AGE foram aprovados, com o impedimento do voto da União, os termos e condições para a implementação da desestatização da Companhia (“Desestatização”), que se daria a partir da liquidação da oferta pública global de ações de emissão da Companhia;
- O encerramento, bem-sucedido, da oferta pública global de ações de emissão da Eletrobras e implementação de todas as condições legais, foi divulgada, por Fato Relevante, na data de 17 de junho de 2022, a conclusão da Desestatização da Eletrobras;
- A ata da 2ª reunião conjunta do CPR São Francisco e Parnaíba e CPR Furnas, realizada no dia 24 de novembro de 2022, que aprovou o início de tratativas junto ao DNIT e ao DH/SP para verificar a viabilidade da Eletrobras/concessionária participar como interveniente no Termo de Compromisso nº 589/2014, visando aprovar a forma de aplicação dos recursos destinados a Nova Avanhandava;
- As ações da Eletrobras para abertura de conta bancária específica referentes a CPR Furnas e depósito dos recursos financeiros realizado em 31 de janeiro de 2023;
- Considerando a ata da 2ª reunião conjunta do CPR São Francisco e Parnaíba e CPR Furnas, realizada no dia 24 de novembro de 2022, que aprovou o início de tratativas junto ao DNIT e ao DH/SP para verificar a

viabilidade da Eletrobras/concessionária participar como interveniente no Termo de Compromisso nº 589/2014, visando aprovar a forma de aplicação dos recursos destinados a Nova Avanhandava;

- Considerando a deliberação do Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas da ELETROBRAS FURNAS, no sentido de que autoriza o repasse dos recursos diretamente da ELETROBRAS para o Estado de São Paulo.
- Diante do exposto, as partes intentam celebrar este termo aditivo ao Termo de Compromisso, alterando a forma de repasse de recursos, onde a Eletrobras passa a participar do custeio da obra, de forma a realizar aplicações em conta específica do Estado de São Paulo destinados a Nova Avanhandava.
- Com a celebração do 5º Termo Aditivo o DNIT não mais procederá com os repasses financeiros ao DH de São Paulo.

4. DO IMPACTO DO PRAZO:

Não haverá impacto no prazo.

5. DO IMPACTO NO CUSTO

Não haverá impacto no custo.

6. DO ORÇAMENTO:

Já existe recurso orçamentário para o empreendimento, conforme saldo remanescente em conta do TC 589/2014, no valor de R\$ 108.907.345,05 (Data de Outubro/2023 - SEI 13663269).

A Eletrobras destinará o valor de R\$ 211.986.093,47 (base de outubro/2023) a uma conta específica do objeto, para aporte do contrato nº DH-176/2022 (contratação de empresa de engenharia para a retomada das obras para conclusão da execução da ampliação do canal de navegação à jusante da eclusa de Nova Avanhandava), para os exercícios futuro a contar de 2024.

7. DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA

Favorável, conforme parecer nº 00024/2023/GABINETE/PFE-DNIT/PGF/AGU (SEI 16438550), sendo atendidas as recomendações por meio da Nota Técnica 120 (16471499)

8. DO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA.

Proponho à Diretoria Colegiada aprovação do presente relato.

Brasília/DF, 14/12/2023



Documento assinado eletronicamente por **Erick Moura de Medeiros, Diretor(a) de Infraestrutura Aquaviária**, em 15/12/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16495719** e o código CRC **3A963D3A**.



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF | (061) 3315-4492